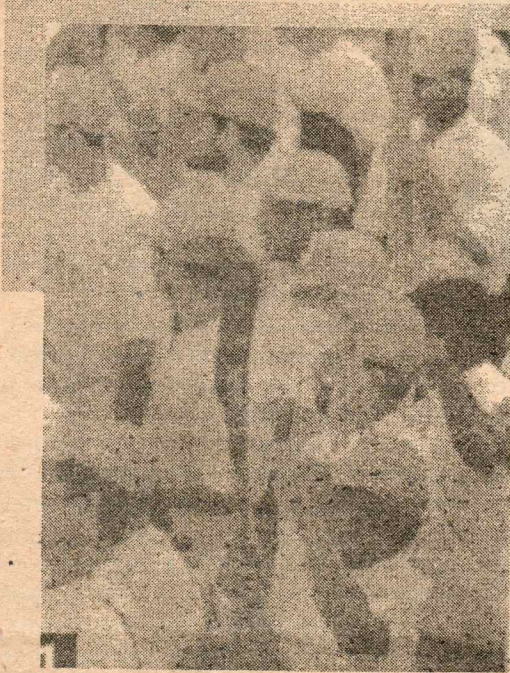




EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO IX - Nº 149 - 2ª QUINZENA DE MARÇO DE 1998 - R\$ 1,00

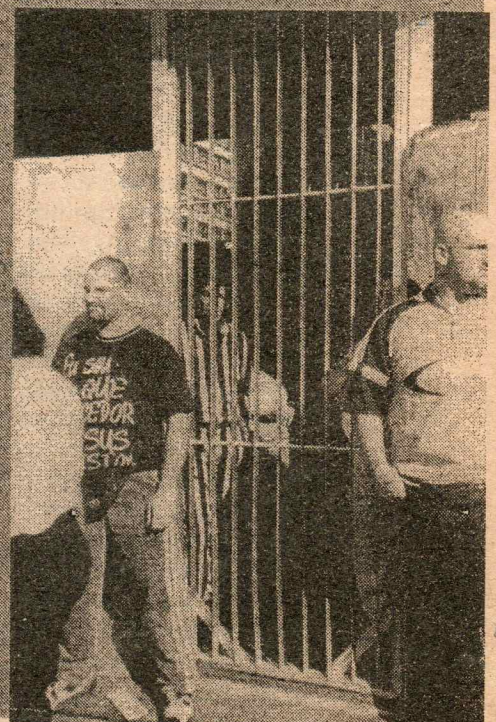


**Capangas atacam e governo pressiona os sem-terra
Todo apoio às ocupações!**

**Nada de frente eleitoreira:
Por uma Frente
Única Antiimperialista**

**Universidade:
Para defendê-la,
é necessário
combater o
plano do governo,
lutar pelo fim do
ensino privado e
pôr abaixo a
burocracia.**

**Professores-SP
Convocar uma
assembleia
imediatamente
para lutar
contra as
40 mil
demissões.
Sem democracia
sindical não
pode haver luta.**



Capangas (bate-paus) ocupam sede da Apeoesp.

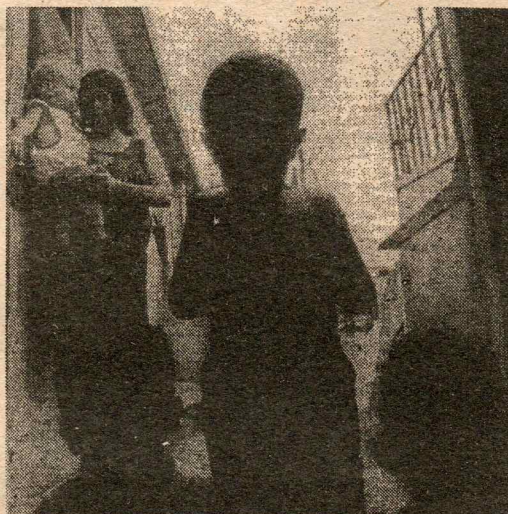
**Crise estreita margem de manobra do governo
Abaixo o Plano Antinacional e Antipopular de FHC!**

Estreita-se a margem de manobra do governo diante da crise

Os dados da situação econômica apontam que torna-se cada vez mais difícil ao governo manobrar para manter em pé seu plano econômico.

A chamada âncora cambial (a supervalorização do real diante do dólar) está sob constante ameaça. Há pressões contraditórias, vindas das ameaças de ataques especulativos sobre a moeda, que a desvalorizariam (fuga de dólares). E há pressões vindas da entrada excessiva de dólares, que obriga o governo a comprar moeda americana e a emitir reais. A chamada estabilização econômica tem de ser controlada entre esses dois fogos.

A crise asiática levou o governo a aumentar as taxas de juros, para evitar fuga de dólares. Pois bem, agora as reservas já voltaram aos níveis de antes da crise de outubro e o Ministro da Fazenda ordenou a redução da taxa de juros, para conter um pouco a entrada de capital, essencialmente especulativo. Aproveitou a redução das taxas de juros para beneficiar o sistema financeiro, pois aumentou de 7,5% para 10% a vantagem dos bancos (spread) em emprestar junto ao Banco Central e repassar o dinheiro. O favorecimento aos bancos é para evitar que mostrem sinais de crise, que afugentaria os investidores externos.



Plano esmaga as massas, aumentando a pobreza.

O déficit público mostrou-se elevado. A maior causa desse buraco é o pagamento monstruoso de juros e serviços das dívidas, que consome cerca de 50% dos orçamentos. Mas outro fator tem interferido nos planos do governo: os desvios dos recursos oriundos das privatizações estaduais, que não têm sido destinados ao pagamento de dívidas, mas a gastos eleitorais. Esse fato estimula a disputa interburguesa ao redor das privatizações, que são a garantia aos investidores estrangeiros de que o país tem condições de pagar as altíssimas taxas de juros, várias vezes acima dos valores praticados no mercado mundial.

O déficit comercial primário do país saltou de 9 para 33 bilhões de reais ao ano em poucos anos. A composição do balanço de transações correntes mostrou que as remessas de lucros atingiram a marca de 9 bilhões de dólares. Isso mostra que a maior parte do dinheiro que sai do país nem mesmo é devida às importações maiores que as exportações, mas sim ao pagamento de juros e serviços das dívidas e ao envio de lucros ao exterior. Isso comprova o avanço do parasitismo financeiro do imperialismo sobre o país. A política econômica atual é uma injeção enfiada nas veias do país e que suga-lhe o sangue para

satisfazer o apetite vampiresco do capital estrangeiro.

O país encontra-se semi-estagnado economicamente. Seu crescimento medido de 3% em 1997 mantém sua produção por habitante nas mesmas condições de anos atrás. Enquanto isso, aumenta sua dependência externa em todos os sentidos: está mais vulnerável às variações da situação econômica internacional, tem aumentado suas importações e mantido na mesma as exportações, a composição das importações é de predomínio cada vez maior de alta tecnologia, tem ampliado a busca de capitais no exterior através de empréstimos.

Os números permitem medir o quanto o plano antinacional e antipopular de FHC tem aumentado a opressão nacional sobre o país, em benefício das multinacionais e do parasitismo financeiro internacional. E tudo indica que a "estabilidade" embutida no plano caminha para a exaustão. A desvalorização da moeda frente ao dólar é tida como certa após as eleições de 1998. Mas um agravamento da crise internacional pode precipitar as coisas.

O maior problema tem sido o fato de não haver um movimento nacional organizado para combater o plano. As lutas grevistas são isoladas, divididas e traídas pelas direções do movimento, que estão comprometidas em maior ou menor grau com a sustentação do plano de FHC.

Por isso, a luta para combater o plano antinacional e antipopular de FHC, que tem de ser nacional e unitária, passa pela luta política contra a linha conciliadora das direções burocratizadas. A defesa da democracia operária, da convocação de assembleias e plenárias de base unificadas para traçar um plano de lutas, choca-se contra a paralisia imposta pelo reformismo e aliados às organizações de massa.

ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

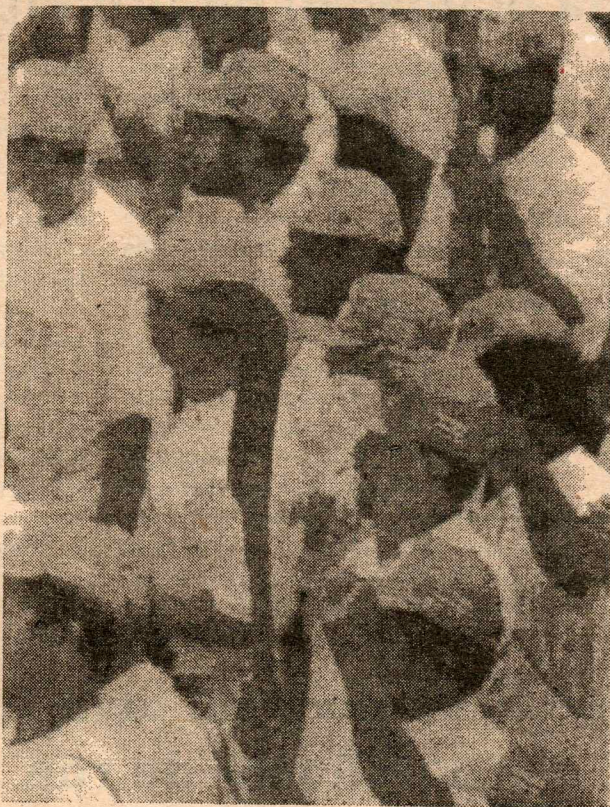
CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

Rechacemos a perseguição ao MST

O governo e os capitalistas têm realizado uma campanha contra as ocupações de terra. Os jornais burgueses, expressando a vontade dos latifundiários, pressionam o governo para que não realize assentamentos onde houver ocupações, que não entregue terra a quem lutou com a ocupação para conseguí-la. Junto com o governo, pressionam o MST para que deixe de lado as ocupações e passe a apoiar o governo na sua política miserável de assentamentos e compra de terra, integrando uma comissão para avaliar as propriedades, cadastrar as famílias e escolher quem pode ter terra e quem não a terá.

Enquanto isso, prosseguem as perseguições políticas e a repressão dos jagunços. A prisão de várias



lideranças em todo o país nos últimos dias, a escalada das agressões de jagunços organizados em grupos paramilitares e volantes; e a ação de maior efetivo policial em desocupações (RS) mostram isso.

Diante da intimidação e das pressões, cabe reforçar o apoio aos sem-terra. Defender as ocupações, rechaçar as ofertas de participação em órgãos governamentais que separarão quem pode e não pode ter terra, construir comitês de luta contra a opressão social e política, impulsionar as ocupações de terra, defender a aliança operário-camponesa, esse é o caminho para fazer avançar o movimento.

Nacional

PT contra camponeses sem-terra

O deputado Gilney Viana (PT-MT), relator da Comissão externa da Câmara, que investiga a devastação da Amazônia, chegou à conclusão de que os sem-terra são tão culpados quanto as madeiras pelo desmatamento. Baseado nos dados de que os assentamentos desmataram 15 milhões de hectares, correspondentes a 30% da área devastada, o parlamentar petista condenou a "reforma agrária" que "degrada o meio ambiente".

Essa conclusão é idêntica à acusação feita na Bolívia de que a produção de cocaína é de responsabilidade dos camponeses que milenarmente plantam a folha de coca. Assim, os militares norte-americanos acham uma justificativa para intervir no país. Enquanto isso, o maior mercado consumidor da droga são os Estados Unidos. Os camponeses continuam pobres, mas a burguesia narcotraficante se enriquece.

A semelhança do que se passa na Amazônia é evidente. Os sem-terra precisam sobreviver, enquanto as madeiras saqueiam a natureza para obter grandes lucros e acumular capital. Os assentados estão isolados, sem recursos para plantar, colher e vender seus produtos, pois o governo dos capitalistas não pode protegê-los.

As madeiras sabem disso e contratam os serviços dos camponeses. Aí vem o relator do PT e põe no mesmo baralho os camponeses e as madeiras. Essa fusão ecossistêmica e ecológica do petista é digna de um burguês reacionário. Está a serviço do projeto do governo de acabar com os assentamentos na Amazônia, colocando em seu lugar os fantásticos "assentamentos ecológicos", que segundo se diz estão em estudo nos gabinetes do Planalto.

A verdade da devastação da Amazônia é bem outra. Ela resulta da exploração anárquica típica da economia capitalista. Toda natureza está sendo comprometida em poucos séculos de implantação do sistema burguês de

exploração do trabalho e de saque da natureza. Os dados mostram que as potências mundiais são o carro chefe desse fenômeno e que os maiores responsáveis são as burguesias monopolistas (imperialistas).

A hipocrisia ecológica de proteção da Amazônia é manejada para obscurecer os verdadeiros interessados, os Estados Unidos e demais potências que vêem nesta região uma futura fonte de proteção de seus capitais. Se os camponeses assentados desmatam, é para sobreviver, uma vez que o capitalismo não lhes deixa outra alternativa. Culpá-los é esconder os reais devastadores.

Os petistas, com todo seu reformismo, mostram-se capachos de interesses estranhos aos explorados. Assim, não podem ver que a defesa da Amazônia não passa por condenar os camponeses e nem por estabelecer leis de proteção, embora estas possam ter alguma utilidade momentaneamente. Trata-se de defendê-la contra a exploração capitalista, pois enquanto esta existir a Amazônia estará sendo destruída.

Tal tarefa começa por dar uma resposta revolucionária ao problema. Ou seja, de defender um programa de expropriação da burguesia e de nacionalização das terras em todo território, que deverão passar para o controle dos trabalhadores da cidade e do campo. Somente uma economia controlada pelos trabalhadores e submetida a um planejamento socialista poderá evitar a catástrofe natural e social.



Ceará Mirim (RN): Direção estadual do MST bloqueia ocupação da prefeitura

Na última mobilização realizada no dia 05/02 pelo MST em Ceará-Mirim, a direção estadual passou por cima das decisões tomadas em assembléia. Havia sido deliberada a ocupação da prefeitura da cidade para garantir as reivindicações. No caminho da prefeitura, os sem-terra se depararam com alguns policiais. Na contramão das massas, a direção estadual passou a negociar com os poucos milicos e a esperar a presença da deputada reformista Fátima Be-

zerra (PT-RN), que não compareceu. Com essa embromação, deu tempo para para que a polícia se organizasse e trouxesse reforços da capital, tornando-se capaz de impedir o avanço dos sem-terra.

Sem tirar nenhuma comissão dos sem-terra, sem submeter a qualquer decisão das bases, a direção começou a negociar as reivindicações. Reduziram-nas à metade, como se estivessem pechinchando no comércio. De uma só vez, renunciaram às reivindicações e à soberania da assembléia.

É preciso denunciar e se contrapor às direções reformistas que bloqueiam a luta camponesa por suas reivindicações. As negociações de cúpula e pressão parlamentar não po-

dem levar a nada. É o método da luta direta que pode dar uma saída ao movimento, por isso, devemos apoiar a luta dos sem-terra, defender as ocupações com autodefesa e aliança operário-camponesa.

Abaixo o plano antinacional e antipopular de FHC;

Pela expropriação dos latifúndios sem indenização;

Abaixo FHC, Garibaldi e Roberto Varela;

Defesa dos métodos da ação direta das massas (greves, ocupações etc.);

Formação de comitês de autodefesa;

Aliança operário-camponesa.

Cresce o número de sem-teto e de moradores de rua

As autoridades do Rio de Janeiro dizem estar abismadas com o crescimento da quantidade de moradores de rua. Certamente o que lhes preocupa é a imagem da cidade turística.

Famílias inteiras fazem das marquises seus tetos e das calçadas suas salas e cozinhas. De dia recolhem os colchões, esteiras e até pedaços de sofá, não faltam berços com seus nenéns, e os encostam bem rentes às paredes para dar passagem aos pedestres. De noite, os estendem para dormir.

Estas cenas irritam a burguesia e a pequena burguesia acomodada. Mas para a vida destas famílias de trabalhadores é a única forma de existência, embora tormentosa e degradante.

Os noticiários de 11 de março informaram que 320 mendigos foram recolhidos somente no Flamengo.

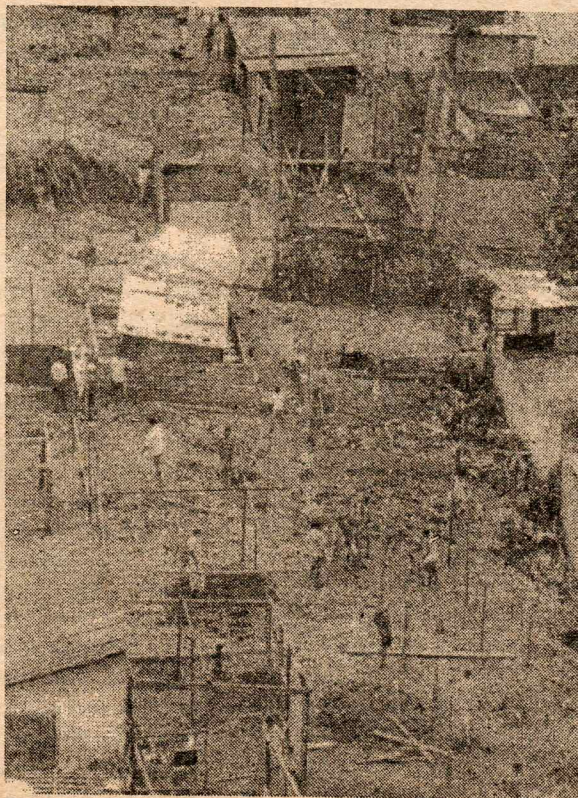
talidade dos miseráveis de rua. Se se tomarmos a cidade inteira do Rio, a cena é de milhares e milhares de moradores de rua.

A Prefeitura construiu albergues, mas cada vez mais se tornam pequenos para as enxurradas de deserdados. Frente a tal situação, as autoridades municipais imploram ajuda da Igreja, empresários etc. Enquanto isso, mais famílias vão para as ruas, enxotadas pelo desemprego,

subemprego e baixos salários.

A máquina capitalista virou uma fábrica de desemprego para milhões de trabalhadores em todo país, de forma que a paisagem subhumana do Rio de Janeiro não é um privilégio da tão cantada "cidade maravilhosa". Não há assistencialismo governamental e clerical capaz de passar o velho verniz da piedade burguesa sobre a barbárie social (A velha piedade consiste em jogar migalhas aos pobres, como se joga milho aos porcos, e reconfortá-los com as promessas do céu). A moenda capitalista trabalha dia e noite contra a vida das massas.

Só há uma maneira de modificar o quadro de miserabilidade da maioria: parar a fábrica de desemprego, destruir a moenda de vidas. Em seu lugar, colocar a fábrica de empregos e de sustentação da vida de todos. O que quer dizer organizar a luta unitária dos desempregados e empregados, dos sem-teto e sem-terra, da classe operária e camponeses pobres para derrubar a burguesia do poder e estabelecer um governo revolucionário. A socialização dos meios de produção porá fim à barbárie capitalista. Ou então esta continuará a fazer milhões de vítimas.



Convenção do PMDB vende apoio a FHC

O PMDB realizou sua convenção sob a tutela dos seguranças (bate-paus) da ala governnista, que logo no início dos trabalhos partiu para cima da militância do MR-8 quercista. Nos dias anteriores, as pesquisas indicavam a possibilidade de vitória da ala pseudo-oposicionista, encabeçada então por Itamar Franco. O governo agiu rápido e foi negociando o apoio à tese da reeleição, estado por estado. O caso mais flagrante foi o do Paraná, que teve liberados 156 milhões de reais em empréstimos do BNDES. Os seus 37 delegados viraram de lado do sábado para o domingo.

A vitória apertada do governo mostrou um partido rachado. Essa divisão expressa a divisão entre as frações burguesas, mostrando que há parte delas que se divide entre os que se opõem apenas para barganhar (Sarney) e os que apostam num desgaste do governo FHC e preferem preparar uma alternativa que preserve a mesma política, apenas com alguns retoques de setores nacionalistas (Itamar). Por isso ocorreu o crescimento, às vésperas da convenção, do nome de Itamar Franco, enquanto que anteriormente era Requião quem se colocava como candidato, com força para atrair setores da esquerda (Zé Dirceu, do PT, chegou a declarar que seu partido apoiaria Requião).

O apoio à reeleição coloca o PMDB como a terceira força na coligação

governamental. Dependerá de acordos e frentes estaduais para se sustentar nacionalmente.

Esse resultado teve influência direta nas campanhas de outros partidos. O PT fica como a cabeça da frente opositora. O PSB tem agora menor poder de barganha, deverá se submeter à frente PT/PDT ou correr atrás da aventura Ciro Gomes.

Os dirigentes do PT logo saíram correndo atrás dos dissidentes peemedebistas. Sabem que, sem um apoio de frações burguesas, não têm a menor chance nas eleições. (ver ma-

téria a seguir).

O fortalecimento de FHC significa o aprofundamento da aplicação de seu plano antinacional e antipopular. As massas não devem alimentar nenhuma ilusão nos politiquieiros burgueses, não devem acreditar em suas promessas mentirosas, têm de sair às ruas, parar o país para pôr abaixo o plano de fome!



Pancadaria garante escolha de FHC pelo PMDB.

Lula com Antonio Ermírio de Moraes

O PT, através de sua Fundação Perseu Abramo, realizou um seminário em torno de "Um projeto de desenvolvimento para o Brasil". Foram convidados nada mais nada menos do que Antonio Ermírio de Moraes, um dos maiores capitalistas do país, e José Serra, um dos homens mais importantes no governo de coligação PSDB/PFL/PMDB de Fernando H. Cardoso.

A ala esquerda do PT ficou indignada como se não soubesse que o PT já é um partido da ordem capitalista. Mas se o PT é um partido da burguesia, que interesse tem analisar o significado da presença do empresário A. Ermírio de Moraes e do senador do PSDB José Serra?

Acontece que o PT tem sob seu controle a CUT e centenas de sindicatos. Dirige uma vasta burocracia sindical. Esse aparato serve de máscara para falsificar a idéia de que o PT é um partido dos oprimidos, que se constitui em uma oposição capaz de

colocar o Estado a serviço das massas populares, que fará reformas que contrariam os interesses da burguesia e que se distingue dos demais partidos burgueses por sua ética, cidadania etc.

Há uma parcela bem intencionada da militância que acredita que o PT combate o poder das oligarquias. Também são arrastados pelo caudilhismo de Lula, que carrega no seu currículo o movimento grevista dos anos 80. Não se dá conta o quanto o PT está comprometido com o poder dos exploradores e o quanto está corrompido pela política patronal. Isso apesar desse partido e suas lideranças darem inúmeras provas de seu aburguesamento.

A procura de um compromisso de Lula com Antônio Ermírio de Moraes tão-somente acrescenta mais um exemplo. Há algum tempo atrás, quando combatíamos abertamente a adaptação do PT ao Estado burguês, inclusive colocando-nos pelo voto

nulo programático, uma vez que não tínhamos um partido revolucionário intervindo nas eleições, correntes de esquerda, como Convergência-PSTU e Causa Operária-PCO, defendiam votar em Lula porque este era uma referência das massas. Chegaram ao ponto de propagandear a bandeira "vote em Lula, por um governo dos trabalhadores". Fundiam a bandeira genérica de governo dos trabalhadores com a figura caudillesca de Lula, argumentando a defesa de um programa revolucionário. Dessa maneira, tais correntes não puderam assinalar o que de fato Lula rep-



resentava nas relações políticas de classe.

Se uma parcela do proletariado e do campesinato pobre seguia e segue Lula, não era e não é motivo de esconder seu papel traidor dos interesses dos explorados. A sua aproximação com setores e figuras da burguesia já era evidente. E o programa defendido pelo PT era e é o de manutenção do capitalismo, dourado com pálidas medidas de reforma. A Tendência pelo Partido Operário Revolucionário denunciou em cada experiência concreta a posição de traição de Lula.

Agora, o **caudilho** corre desesperadamente atrás dos votos. Para obtê-los em quantidade necessária, sabe que terá de contar com o apoio de capitalistas. A busca de A. Ermírio de Moraes não é casual. Esse empresário representa o capital nacional e tem interesse em medidas protecionistas aos capitais internos, principalmente o seu. A política abertamente pró-imperialista de FHC fere em alguma medida a burguesia interna. O PT se

dispõe então a representar tais interesses. Em troca contaria com apoio de um importante setor endinheirado, pois afinal de contas eleições se ganha com muito dinheiro. Por trás da dinheirama, está toda uma máquina dentro e fora do Estado, que influencia decisivamente os resultados eleitorais.

A corrupção lulista-petista se completa quando o caudilho chama Orestes Quércia (PMDB) a apoiá-lo. Lula deu uma entrevista ao "O Globo" que é uma apresentação por inteiro da imagem de sua corrupção. Diz: "Já estive no mesmo palanque com Orestes Quércia na campanha das diretas. Quero o voto de todos os brasileiros e não quero saber se são de direita, de esquerda, branco, preto, amarelo, católico ou evangélico. O PMDB de São Paulo tem centenas de prefeitos e milhares de vereadores. (...) Votei em Quércia em 74 (...), porque ele não pode votar em mim? Terá uma chance de se redimir" (O Globo, 11/3).

Todo mundo sabe que Quércia é um fascínora. Pois bem, Brizola (PDT) estava ao lado de Lula e respondeu à pergunta sobre o fato de Quércia ser um notório corrupto. Eis a resposta: "Não vamos falar sobre métodos e fatos já ocorridos. É daqui para adiante. Estamos conclamando sem discriminar ninguém." Esse ex-caudilho nacionalista burguês é o mais provável vice de Lula.

O voto de Quércia, reclamado por Lula, não é o mesmo de um operário

enganado pela direita, iludido com a religião católica ou evangélica, ou de ser preto, branco etc. O voto de Quércia também não é de qualquer brasileiro. Ele pertence a uma classe de brasileiros. O voto de Quércia é de uma aliança política. Por isso Lula se refere às centenas de prefeitos e milhares de vereadores do PMDB, liderados pela fração Quércia.

Lula e Brizola querem um acordo com Quércia e seu pessoal, sabendo que os quercistas estiveram por candidatura própria do PMDB. Procura-se assim uma aliança, um compromisso político, com a ala dissidente do PMDB. Como se vê, o caudilho petista se move inteiramente no interior das articulações burguesas.

Já que se trata da política dos exploradores, Brizola tem razão ao dizer que não importam os métodos e fatos do passado. Um político da burguesia mais ou menos corrupto não faz diferença para alianças. A corrupção é o meio ambiente natural da política capitalista. O PDT praticou corrupção descarada no Rio de Janeiro, o PT nunca conseguiu explicar o escandaloso caso Lubeca na prefeitura de São Paulo e Lula está envolvido nas tramas da Cpem.

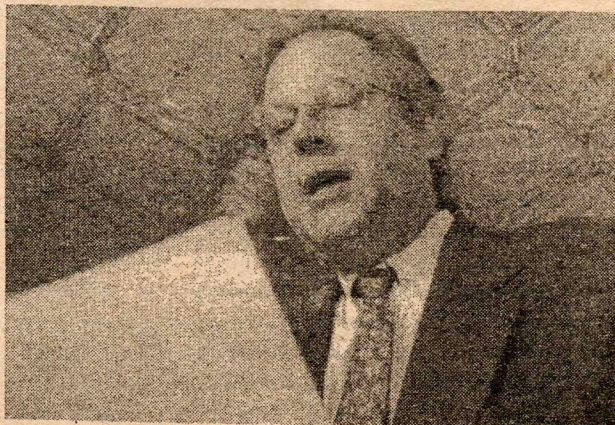
Como é então que a militância petista de base pode fechar os olhos para a integração do PT na política dos opressores? Como é que as correntes de esquerda puderam omitir a corrupção política e material do PT?

Acobertamento da corrupção no PT leva à expulsão de Paulo de Tarso

A expulsão de Paulo de Tarso é o final forçado de um processo de denúncia de corrupção do PT. Tarso denunciou um esquema existente entre a Cpem, do compadre de Lula (Teixeira), e as prefeituras. A direção do PT procurou abrir uma "investigação interna", mas para abafar o caso. Agora, teve de expulsar Tarso por exigência de Lula e Zé Dirceu, que com isso pretenderam colocar uma pá de cal na questão, evitando que o caso pudesse ser retomado próximo às eleições. A expulsão é o acobertamento explícito da corrupção dos dirigentes petistas.

A corrupção do PT está de acordo com sua integração ao Estado capitalista e à direitização de sua política. Um partido burguês não pode existir sem se corromper. A corrupção é um dos elementos constitutivos do Estado burguês. Por ela, o poder econômico garante a manipulação dos elementos do aparelho de Estado em seu favor.

Somente um partido revolucionário, que luta pela destruição do capitalismo, pode combater a corrupção de fato. E a corrupção só pode acabar com o fim do capitalismo.



Zé Dirceu: ele ou nós.

Merecem ser ressaltadas as duas abstenções na votação, que devem expressar as correntes de esquerda O Trabalho e DS. A abstenção, nessa situação, significa a conivência com a corrupção. Mais uma prova de que essas correntes estão perdidas para a luta revolucionária. É importante denunciá-las.

Governo destrói a escola pública

A reforma educacional do governo atinge duramente os pais e alunos, que não têm vagas asseguradas nas escolas públicas. Basta que verifiquemos o número de alunos, com sete anos incompletos, que foram impedidos de fazer matrícula, pelo simples fato do governo ter fechado escolas. Sem dizer do segundo grau, onde os sorteios têm sido a forma para impedir uma parcela de estudantes de frequentar o ensino médio.

Por outro lado, Covas bate duramente sobre os trabalhadores da educação, que perdem os empregos, aniquila com a carreira e as conquistas sociais dilapidadas. É só lembrar no novo estatuto do magistério, aprovado no final de dezembro de 1997, que amplia a exploração do trabalho com a ampliação da permanência do professor na escola e manutenção do arrocho salarial. O piso instituído de 635 reais, por 40 horas de trabalho fala por si só.

Tudo isso vem sendo feito não para melhorar a qualidade do ensino. Isso porque reduz o número de aulas dos alunos, institui a farsa da hora-relógio, reclassifica os alunos por idade (para expulsá-lo do ensino regular e jogá-lo na suplência), monta o famigerado "provão" (Saresp), cria a vergonhosa recuperação de férias e determina o conteúdo sob a base dos "parâmetros curriculares" (conteúdo determinado pelo Estado).

Todas essas medidas implantadas em São Paulo seguem a trilha indicada pelo Banco Mundial. Por isso, Covas está obrigado a cortar gastos, reduzir salas e escolas, flexibilizar os currículos, reduzir a grade de aulas, municipalizar e estabelecer parcerias com as empresas privadas. A orientação é a de que o Estado não deve arcar com o financiamento integral das escolas públicas. Este deve ser também de "responsabilidade das comunidades escolares, empresas etc", ou seja, da chamada sociedade civil.

Os resultados são estes que vivenciamos: faltam escolas, as verbas são poucas, o desemprego corre solto, o que se ensina nada tem a ver com a realidade. E o que se avalia do aluno é sua capacidade de memorizar um conteúdo livresco, oposto aos interesses e necessidades do aluno e educador. Dessa forma, dizemos que se trata-se de uma reforma do ensino que destrói a escola pública em todos os sentidos.

Direções sindicais agem contra os interesses da classe

Não há um professor que viva es-

ses problemas na pele e que não reclame da apatia das direções sindicais. Em todas as escolas o descontentamento tem sido muito grande. Alguns professores falam em desfiliação do sindicato e argumentam que estão cansados de pagar e de não ver nada em prol da classe. Ainda não compreendem que o sindicato é o organismo de luta dos trabalhadores e que o problema está na direção que o dirige.

O CPP e a Udemo apoiaram a reforma privatista de Covas desde o início. A reestruturação da rede, divisão das escolas, contou com o apoio dessas duas direções. Colaboraram abertamente com Covas para separar o PI do PIII e, com isso, o fechamento de escolas, salas e turnos inteiros. Hoje, ninguém mais ouve falar dessa burocracia sindical, a não ser do assistencialismo, prática de sindicatos pelegos.

No caso da Apeoesp, a corrente política Articulação (a dos Felícios) acabou pondo em prática a linha da colaboração com o governo, quando se negou a organizar o magistério para enfrentar a reforma educacional. Essa diretoria acreditava que era possível obter alguma migalha do governo do PSDB, a exemplo dos 5 salários mínimos. Não foi à toa que colocou na pauta de reivindicação o piso emergencial de 5 mínimos. Acreditava que era possível manter alguma conquista do estatuto do magistério através de uma comissão de direções sindicais (CPP, Udemo e Apeoesp). Assim, cancelou as assembleias, fez uma dura campanha contra o método grevista, semeou ilusões numa parcela da classe de que poderia obter vitórias sem a mobilização direta do magistério etc. Dessa maneira, elegeu como método os abaixo-assinados, os aerogramas, os fax e as caravanas de pressão ao Parlamento.

Os resultados foram extremamente duros para o professorado. Ao mesmo tempo que a classe ficou imobilizada, o governo aproveitou para ampliar a ofensiva de implantação da reforma. Com isso, demitiu mais de 60 mil professores, impediu o acesso às escolas de uma parcela significativa de alunos. Ao invés de aumentar as forças para recuperar o desastre de sua política, a diretoria da Apeoesp manteve a linha de poupar o governo e reprimir violentamente os professores que se opõem a sua política.

Diretoria da Apeoesp age contra a democracia operária

A violência desfechada sobre os professores, que exigiam a convocação de uma assembleia, é a prova mais contundente de que a diretoria não pode mais conviver com os professores que divergem de sua política. Para isso, utiliza do dinheiro dos associados para contratar "bate-paus" para reprimir os professores oposicionistas. Desde o dia 13 de fevereiro, a Apeoesp está cercada (dentro e fora) pelos capangas, a mando dos burocratas sindicais.

Não bastando a retirada violenta dos professores da sede da Apeoesp e o cerco do sindicato, a diretoria publicou no Jornal da Apeoesp uma série de fotos sobre os acontecimentos do dia 13/2, com o único propósito de incriminar os professores. Para isso, tirou uma foto dos porões do auditório, onde se encontrava papéis velhos, máquinas quebradas etc, para mostrar aos professores que a Oposição destruiu parte do patrimônio do sindicato. A falsificação teve pernas curtas. A própria fotografia confirmou que a foto do jornal foi feita a pedido da diretoria, utilizando os entulhos que estavam no porão. A que ponto chega uma diretoria traidora: usa os mesmos métodos da ditadura militar e da polícia (fotos montadas, testemunhas compradas e capangas pagos para bater nos professores).

Ao lado das fotos, a diretoria fez uma matéria responsabilizando a Oposição e as correntes políticas que militam na Apeoesp, entre elas Partido Operário Revolucionário, pela violên-

Operário



cia ao presidente da Apeoesp e ao sindicato. Tenta ludibriar o professorado com a idéia de que a violência (invasão) é parte dessas correntes políticas e que a diretoria prima por zelar pelo patrimônio dos professores e pela integridade dos membros do CR, funcionários e direção. Nada

mais falso. Quem utiliza da violência reacionária (da burguesia) é a corrente política Articulação, da qual faz parte a diretoria da Apeoesp. É ela quem contrata os "bate-paus", que usa da Justiça burguesa para condenar professores (a exemplo de Antônio Justino condenado à prisão pelo fato de caracterizar os Felícios de pelegos), que se utiliza da Secretaria da Educação para punir professores que levam alunos à assembléia da educação e toda sorte de truculência sobre aqueles que não rezam a cartilha da Articulação.

Certamente, a diretoria prepara o terreno para processar mais militantes e professores de base combativos, com o objetivo de intimidar. Para isso que serve a burocracia sindical vendida. Pousa de democrata e age como fascista.

Professores aprovam as resoluções em favor da democracia proletária

Em várias reuniões de Representantes de Escolas, a exemplo de Taboão da Serra, Diadema, São Bernardo, Lapa etc os professores aprovaram moções de repúdio à violência reacionária da diretoria da Apeoesp com a contratação dos "bate-paus" e defenderam os professores que entram na sede da Apeoesp para exigir da diretoria a convocação imediata de uma assembléia, para aprovar o caminho verdadeiro da luta contra as demissões.

A moção de São Bernardo diz que repudiam "a atitude violenta expressa pela direção do Sindicato, quem em 13/2/ utilizou uma guarnição particular de segurança para expulsar a força da nossa Sede Central, os professores do Movimento de Oposição que democraticamente se manifestaram contra a política de conciliação estabelecida pela diretoria da Apeoesp e Secretaria de Educação do governo Covas". A carta de repúdio que veio de Taboão da Serra denuncia as mentiras da diretoria da Apeoesp. Diz a carta: "Em nenhum momento a executiva da Subsede de Taboão da Serra, como consta no Jornal da Apeoesp de fev/98, enviou alguma carta de solidariedade a essa diretoria". Ao mesmo tempo, o Manifesto repudia as entidades e personalidades que assinaram a tal solidariedade à diretoria (PCdoB, etc.).

Na Lapa, a reunião de representantes de escola aprovou toda a política da Oposição e o rechaço à conduta da diretoria. É importante lembrar que essa subsede é composta de membros da diretoria (a exemplo de Joãozinho, que comandou a operação dos "bate-paus") e que a Articulação tem maioria. O que mostra que a Articulação perdeu em sua própria casa.

Os argumentos centrais dos professores que intervieram em defesa da democracia operária foram:

1. A Apeoesp é o organismo de luta dos professores. Nesse sentido, deve ser colocada inteiramente contra a reforma destruidora do ensino público, que vem sendo imposta em São Paulo pelo governo Covas;

2. O fato do presidente da Apeoesp cancelar a assembléia do dia 13 de fevereiro, com o argumento de falta de quórum, quando o governo demitia 40 mil professores (com a imposição da grade curricular, municipalização em várias cidades do estado e com o fechamento de escolas), foi um grande erro político da diretoria. Isso porque fortalecia a ofensiva do governo, consumava as demissões e desarmava o professorado para breçar tamanha ofensiva;

3. A ação instintiva de uma parcela dos professores contra o cancelamento da assembléia e, posteriormente, a ocupação do auditório da Apeoesp expressou a necessidade de se marcar imediatamente uma nova assembléia, para que o professorado pudesse democraticamente decidir sobre o caminho da luta;

4. O Movimento de Oposição organizou a plenária, no auditório da

Apeoesp, e encaminhou as decisões dessa reunião, na qual aprovou a permanência no local para pressionar a diretoria para marcar uma nova data de assembléia;

5. Em momento algum, dias 13 e 14, os professores deprecaram as dependências do sindicato. Os relatos da diretoria (Jornal da Apeoesp) são infundados, sem nenhuma prova real;

6. A diretoria da Apeoesp se manteve intransigente quanto à convocação de uma nova assembléia. E diante do impasse político, contratou uma empresa de segurança (bate-paus) para retirar à força os professores;

7. Os professores foram retirados violentamente no dia 14, sábado, às 21 horas, pelos tais seguranças, conforme ordens da diretoria, tendo à frente o diretor Joãozinho. O que demonstra uma das inverdades (versão dos fatos feita pela diretoria) de que os professores foram retirados pacificamente pelos "300 professores do CR".

8. Após essa data, a Apeoesp continua sendo "vigiada" pelos "seguranças" da diretoria.

9. Condenamos os métodos gangsteris, que vem sendo usados pela diretoria da Apeoesp e reivindicamos a defesa incondicional da democracia sindical. Ou seja, um sindicato verdadeiramente independente do Estado e de todas suas instituições, a exemplo da polícia e da Justiça. Defendemos que os problemas referentes à nossa classe sejam resolvidos pelos professores organizados em assembléia. E, por fim, exigimos a retirada imediata dos "bate-paus" e dos processos judiciais contra os professores.

Os defensores da diretoria da Apeoesp, diante das colocações só tiveram o recurso das ameaças. Entre as ameaças, Luizinho (conselheiro liberado) apoiou a proposta da diretoria de punir judicialmente três professores da região (Ana Raquel, Silvana e Cida). Mesmo diante das ameaças, os professores presentes votaram a favor da retirada dos "bate-paus" da Apeoesp e contra o árbitro da Justiça burguesa, ou seja, contra os processos judiciais sobre os trabalhadores da educação.

Conselho de Representantes sob cerco dos capangas da diretoria

A reunião do Conselho da Apeoesp (realizada no dia 13/3) pôs mais ainda às claras a violência reacionária dessa diretoria. Utilizou de todos os recursos para impedir a entrada de professores que não fossem do Con-



selho. Para isso, espalhou os "bate-paus" para impedir o acesso de professores ao plenário.

O tumulto ocorrido na porta de entrada foi de inteira responsabilidade da diretoria, que ordenou que seus capangas retirassem à força os professores desempregados e todos aqueles que estavam sem os holleiriths. Não bastando isso, trouxe uma parcela de conselheiros para achincalhar e incriminar os oposicionistas. O coro montado com "bate-paus" e os serviçais da política da Articulação resultou no extremo da violência patronal, isso quando um dos "bate-paus" encostou o revólver sobre a cabeça da professora Julieta, de São Carlos.

Nessa altura, sobraram empurrões e socos até para os petistas, ligados ao deputado Ivan Valente que, se sentindo agredido, acionou a polícia para que esta desarmasse os capangas. É claro que nada foi encontrado. Quem não sabe que as agências de "bate-paus", os chamados seguranças são dirigidas pela própria polícia.

Depois de sete horas, a diretoria

da Apeoesp resolveu iniciar a reunião do Conselho. Diz ela que havia um acordo com alguns setores da Oposição, para que o ponto sobre a violência desfechada só fosse discutido no próximo Conselho e que deveria somente se ater ao item das campanhas.

Assim, apresentou um rol de conversa fiada, dizendo que se tratava das campanhas para derrotar Covas. O POR falou em nome da Oposição, se colocou radicalmente contra o distracionismo das campanhas da diretoria, defendeu a greve como caminho da luta e exigiu como única condição para discutir as campanhas a democracia operária, materializada na retirada imediata dos "bate-paus" da reunião. Como a diretoria não tem proposta para a classe e está disposta a manter os capangas para punir os professores que divergem de sua política, não era possível permanecer no recinto. Dessa forma, nos retirávamos da reunião do CR por esta não fazer parte dos princípios da democracia sindical. O CR sob a mira da polícia e dos capangas

só pode servir aos interesses do governo e de uma direção vendida.

Após a intervenção, setores da Oposição, com palavras de ordem de "abaixo a repressão", "fora os capangas dos Felícios", "Com arma na mão, não tem reunião" etc, saíram do CR. Em seguida, a direção do PSTU (Direceu da CUT), que tinha a posição de permanecer no local, diante da pressão de suas bases, foi obrigado a também sair do local. Dessa forma, a diretoria da Apeoesp contou somente com os conselheiros que havia trazido para referendar a violência reacionária da Articulação.

Certamente, a diretoria utilizará de tais serviçais para punir ainda mais os professores que divergem da colaboração de classe e do método da violência patronal.

OCUPAÇÃO
Educação

Ocupação do terreno da USP:

Todo apoio aos ocupantes!

Cerca de 100 famílias ocuparam desde o dia 26/02/98 um terreno junto à Favela São Remo, uma área que pertence à USP. O terreno é cercado de pequenas casas, construídas ao longo de mais de 15 anos de ocupação no local. Parte dos ocupantes é formada de ex-funcionários da USP. Outra parte é de assalariados ou desempregados da região, sem-teto.

A reitoria cercou a USP com muros, colocando o terreno ocupado do lado de fora. Agora, a burocracia universitária não quer admitir a ocupação de uma fatia de terra pelas 100 famílias necessitadas. Ameaça com despejo, que, sabemos, ocorre frequentemente com grande violência.

A USP tem inúmeros imóveis pela cidade e interior. Parte deles têm origem nas chamadas "heranças vacantes". Casarões, lojas, escritórios, galpões e terrenos, muitos deles alugados a "amigos" de políticos burgueses ou da burocracia universitária, a valores irrisórios. Há três anos, um terreno no interior foi devolvido ao ex-dono, após a estúpida valorização do mesmo com a construção de prédios universitários. A reitoria e a prefeitura universitária afirmam que o terreno vai servir à ampliação do Hospital Universitário. Pura mentira! Só quem não viu

onde fica a ocupação pode acreditar numa bobagem dessas. A área nem mesmo é vizinha ao HU, pois está cercada de outras moradias. Para os "amigos", os imóveis públicos são entregues de mão beijada, ou a aluguéis ínfimos. Para os necessitados, a USP responde com a repressão policial.

Os estudantes e professores não podem ficar à margem desse acontecimento. O Sintusp (funcionários) já manifestou seu apoio à ocupação. Para que os moradores não sejam despejados, é necessário apoio político e material. Qualquer omissão diante desse acontecimento na universidade comprometerá irreversivelmente as direções das entidades que se negarem a tomar posição.

Que os CAs, a AMORCRUSP e o DCE chamem imediatamente assembleias nas escolas e um Conselho de Centros Acadêmicos extraordinário, para tomar posição e agir em defesa dos ocupantes!

(extraído do boletim da CPE, setor estudantil, na USP, de 05/03/98)

Universidade democrática não se utiliza da repressão policial

A ocupação do terreno da USP na favela São Remo está comple-

tando três semanas. Ganhou o apoio do Sintusp (sindicato de funcionários da USP), do DCE, do Conselho de Centros Acadêmicos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e de alguns CAs. Membros do Conselho Universitário se comprometeram a levar a questão a debate no organismo máximo de poder na USP. Alunos da Escola de Aplicação da USP foram ao local e se solidarizaram com os ocupantes. Alunos de outras universidades, manifestaram seu apoio e levarão a reivindicação dos sem-teto para outras cidades e estados. Ainda é necessário intensificar a campanha em defesa dos sem-teto, porque a burocracia universitária não desistiu de tomar-lhes o terreno. E pretende utilizar da repressão policial para fazê-lo.

Uma universidade democrática não pode se utilizar da repressão policial contra ninguém. A presença de polícia dentro do campus já é uma aberração, pois fere a autonomia universitária.

As famílias de sem-teto estão ali porque ou ocupavam ou morreriam de fome, à mingua. Em defesa de sua sobrevivência, é necessário prestar TODO APOIO À OCUPAÇÃO!



Como defender de verdade a universidade pública

Os CAs de Letras, Ciências Sociais, Filosofia, História e Geografia da USP (FFLCH) convocaram o ato público de 19/03/98 em defesa da universidade pública. É uma necessidade, diante dos ataques monstruosos estão acontecendo na universidade: falta de professores, salas superlotadas, matrículas em desordem e com enormes dificuldades para correção (filas de mais de 200 alunos nas seções de alunos) etc.

Quando se fala em defender a universidade pública, a maioria se diz favorável. Mas o que é realmente defender a universidade pública?

Primeiro: é lutar contra o plano destruidor do ensino e privatista do governo. A maior parte dos problemas que enfrentamos na universidade está ligada à aplicação pelos governos das diretrizes traçadas pelos organismos internacionais para a educação, à falta de verbas suficientes e à aprovação da reforma da previdência pelo governo. Segundo as imposições dos organismos internacionais (Banco Mundial, BID etc.), o ensino público deve ser limitado ao nível

básico e parte do médio. Segundo essa linha, o ensino superior deve ser mercado a ser explorado pelos capitalistas da educação. Os recursos públicos devem ser voltados ao cumprimento dos compromissos com os credores (pagamento de dívidas) e todo esforço dos governos deve estar voltado nessa direção. Por isso as verbas para educação, saúde, previdência etc. devem ser cortadas. Por fim, a reforma da previdência levou uma grande massa de professores de carreira a se aposentarem, sob risco de perderem esse direito no futuro. Aí está: para defender a universidade pública é necessário combater o plano educacional de Covas e o plano antinacional e antipopular de FHC.

Segundo: é preciso defender o ensino público gratuito para todos, portanto o fim do ensino privado. O ensino privado tem crescido nos últimos 15 anos na mesma medida em que piora o ensino público. É impossível negar que ambos concorrem um contra o outro. A existência de um afeta diretamente o outro, em favor da particular. Por isso, a real defesa do ensino público está ligada à luta pela estatização do ensino privado, sob controle da comunidade universitária. Isso implica também na luta contra o controle das instituições religiosas sobre o ensino. Leva à possibilidade do livre acesso ao ensino superior para todos (fim dos vestibulares). Enfim, garante um direito democrático elementar: a educação para todos.

Terceiro: é necessário combater a burocracia universitária, tomar-lhe a direção da universidade e entregá-lo à comunidade universitária. A burocracia universitária é uma casta de professores que controla a universidade, usando para isso de normas medievais (poder pelo grau atingido na carreira), e que é o instrumento pelo qual o governo controla a universidade e a põe de acordo com os interesses dos grupos econômicos ligados ao Estado. Por isso essa casta trabalha para aplicar o plano de destruição do ensino público do governo. A universidade pública não pode se submeter aos interesses dos políticos burgueses e seus governos. Por isso, é necessário que seja autônoma, independente do governo. Se for assim, terá de expressar os interesses da comunidade universitária (professores, alunos e funcionários) através de uma administração tripartite subordinada à assembléia universitária. Claro que esses interesses se chocarão contra os do governo. A autonomia universitária só pode ser conseguida pela luta contra os governos manejados pelos capitalistas, e só pode se manter dessa forma, em mobilização permanente.

Vejamos o que cada um vai falar no ato. Vejamos quem realmente defende a universidade pública. Ou quem foi apenas fazer demagogia eleitoral, e acaba fazendo o jogo dos tubarões do ensino, que querem a privatização.

A educação no RN reflete as condições de miséria em que está submetido o estado

A educação no RN está um caos. Os dados do IBGE denunciam que 21% das crianças de 7 a 14 anos estão fora da sala de aula. Na faixa de 15 a 17 anos, este índice sobre para 41,7%. Na zona rural, os dados são mais alarmantes ainda. A proporção de crianças e jovens fora das salas de aula atinge 29% e 50%, respectivamente. A taxa de analfabetismo é desastrosa, chegando a 28% na zona urbana e mais de 50% na zona rural.

Todos esses índices retratam as condições de miséria e fome em que está submetido o Nordeste de nosso país. No

Rn, no que diz respeito à qualidade de vida, as condições são equivalentes às populações mais pobres da África, pois 46% da população é de indigentes. Em números absolutos, significa que 1,1 milhões de pessoas vivem no limiar da sobrevivência biológica.

Estas condições de vida em estado de miséria refletem-se na educação. Com as crianças fora da escola. E aquelas que freqüentam também não conseguem ter uma aprendizagem que atenda ao mínimo seus interesses.

E as condições das escolas públicas do RN, como estão? Sucateadas, sem material escolar, faltando professores, principalmente as do 2º grau. Praticamente não há professores de Física, Química, Matemática e outros. Há 10 anos que os governos não fazem concursos públicos. Em 1991, o governo do PFL (José Agripi-

no) promoveu uma redução compulsória da carga horária reduzindo de 40 para 20 horas semanais. Este ano o governo Garibaldi (PMDB) incluiu a categoria no PRODEVIR (programa de desligamento voluntário). Além disso, há uma denúncia de que desde o início do ano o governo prepara uma lista de mais de mil demissões dos concursados.

A situação salarial do professor do RN é calamitosa, professor primário tem um salário base de 40 reais, completado com um abono, até chegar a um salário mínimo. No interior, a situação piora. Professores com 40 horas semanais recebe 50 a 60 reais por mês!

O governo pretende acelerar a reforma do ensino. Ainda não implementou a municipalização, pois há problemas financeiros nos municípios que alegam não poder assumir tal responsabilidade. O Estado já fe-



chou, desde o ano passado, todas as pré-escolas e algumas salas de aula. Este ano, propôs o início do ano letivo para março, por falta de professores e condições de funcionamento de algumas escolas.

A direção do Sinte, tanto a anterior como a recém eleita, vem colaborando com essa política do governo, pois não propõe nenhuma mobilização à categoria contra a política do governo.

Pelo contrário, vive participando dos fóruns governamentais e negocia-

ções gabineteadas, que não trazem nenhum resultado positivo para os trabalhadores em educação. Não denunciam as condições das escolas, nem a falta de professores, nem tampouco as propostas de reformas do governo Garibaldi (PMDB) e da prefeita Vilma (PSB/PFL).

A Corrente Proletária na Educação e o POR (Partido Operário Revolucionário) denunciaram essa política desmobilizadora da direção do Sinte e exigem a convocação de assembleias

gerais para a primeira quinzena de março (Estado e município) para iniciarmos a discussão da campanha salarial e das nossas formas de luta, pois 1998 promete ser um ano de muitas lutas, já entramos para o quarto ano sem reajuste salarial e com o aprofundamento das aplicações das reformas do ensino por todo o país.

Teoria Revolucionária - Lenin:

Sobre a intervenção revolucionária no Parlamento burguês

Deve-se participar nos parlamentos burgueses?

Os comunistas "de esquerda" alemães com o maior desdém e a maior leviandade, respondem a essa pergunta pela negativa. Seus argumentos? Na citação transcrita no parágrafo V pode-se ler:

"...rejeitar do modo mais categórico todo retorno aos métodos parlamentares de luta, que já caducaram histórica e politicamente..."

Além do tom ridiculamente presunçoso em que isso está dito, sua falsidade é evidente. "Retorno" ao parlamentarismo! Já existe, por acaso, uma república soviética na Alemanha? Então, como se pode falar de "retorno"? Não é uma frase vazia?

O parlamentarismo "caducou historicamente". Isso está certo do ponto de vista da propaganda. Mas ninguém ignora que daí à sua superação na prática há uma enorme distância. Há muitas décadas já se podia dizer, com toda razão, que o capitalismo havia "caducado historicamente". Mas isso nem mesmo impede que sejamos obrigados a sustentar uma luta extremamente prolongada e tenaz no terreno do capitalismo. O parlamentarismo "caducou historicamente" do ponto de vista histórico-universal, isto é, a época do parlamentarismo burguês terminou, começou a época da ditadura do proletariado. Isso é indiscutível. Na história universal, porém, o tempo é contado por décadas. Nesse terreno, dez ou vinte anos a mais ou a menos não tem importância; representam um número tão modesto que, mesmo aproximadamente, é impossível aquilatar seu valor. Por isso, utilizar-se do critério da história universal para uma questão de política prática constitui o mais gritante erro teórico.

"Caducou politicamente o parlamentarismo"? Isto já é outra questão. Se fôsse verdade, a posição dos "esquerdistas" seria firme. Mas isso tem de ser provado através de uma análise muito séria, análise que os esquerdis-

tas nem se quer sabem como abordar. Do mesmo modo, não vale um tostão, como veremos, a análise contida nas Teses Sobre o Parlamentarismo, publicado no 1º número do Boletim do Biró Provisório de Amsterdam da Internacional Comunista (Bulletin of the Provisional Bureau in Amsterdam of Communist International, February 1920) e que exprime claramente as tendências esquerdistas dos holandeses ou as tendências holandesas dos esquerdistas.

Em primeiro lugar, os "esquerdistas" alemães, como se sabe, já consideravam em janeiro de 1919 que o parlamentarismo havia "caducado politicamente", malgrado a opinião de destacados dirigentes políticos como Rosa de Luxemburgo e Karl Liebknecht. É sabido que os "esquerdistas" se equivocaram. Tal fato é suficiente para destruir de golpe e radicalmente a tese de que o parlamentarismo "caducou politicamente". Os "esquerdistas" têm a obrigação de demonstrar porque seu erro indiscutível de então deixou hoje de ser um erro. Contudo, eles não apresentam, nem podem apresentar, a menor sombra de prova. A atitude de um partido político diante de seus erros é um dos critérios mais importantes e seguros para a apreciação da seriedade desse partido e do cumprimento efetivo de seus deveres para com a sua classe e as massas trabalhadoras. Reconhecer francamente os erros, pôr a nú as suas causas, analisar a situação que os originou e discutir cuidadosamente os meios de corrigi-los é o que caracteriza um partido sério; nisso consiste o cumprimento de seus deveres; isso significa educar e instruir a classe e, depois, as massas. Ao não cumprir esse dever nem estudar com toda a atenção, zelo e prudência necessários seu erro evidente, os "esquerdistas" da Alemanha (e da Holanda) demonstram exatamente que não são o partido da classe, e sim um círculo, que não são o partido das massas, e sim um grupo de intelectuais e de um reduzido nú-

mero de operários que imitam os piores aspectos dos intelectuais.

Em segundo lugar, no mesmo folheto do grupo "de esquerda" de Frankfurt, do qual transcrevemos trechos mais detalhados páginas atrás, vemos:

"...os milhões de operários que ainda seguem a política de centro (do partido católico "centrista") são contra-revolucionários. Os proletários do campo formam as legiões dos exércitos contra-revolucionários". (página 3 do folheto em questão).

Como se vê, a afirmação é feita com ênfase e exagero excessivo. Mas o fato fundamental exposto aqui é indiscutível, e seu reconhecimento pelos "esquerdistas" atesta seu erro com acentuada evidência. Com efeito, como se pode dizer que o "parlamentarismo caducou politicamente", se "milhões" e "legiões" de proletários ainda são não apenas partidários do parlamentarismo em geral, como, inclusive, francamente "contra-revolucionários"? É evidente que o parlamentarismo na Alemanha ainda não caducou politicamente. É evidente que os "esquerdistas" da Alemanha consideram seu desejo, suas concepções político-ideológicas, uma realidade objetiva. Este é o mais perigoso dos erros para os revolucionários. (...)

Lenin, *Esquerdismo, doença infantil do comunismo.*



Fração Internacionalista Trotskysta

Recebemos uma carta assinada pelo regional do Partido da Causa Operária do estado do Pará. Trata-se de um Manifesto que proclama a for-

mação de uma fração do PCO. O título do manifesto é: "Combater os desvios da direção do PCO! Por um novo rumo para o partido!". Começa assim: "Nós, os militantes que compomos a regional do PCO no Estado do Pará, vimos tornar público ao conjunto dos camaradas do partido, ao movimento operário e à vanguarda de esquerda, que a partir desse momento nos organizamos enquanto fração pública do partido, em oposição aos desvios políticos e burocráticos da direção do PCO". A partir daí o Manifesto destaca quatro pontos que norteiam a constituição da fração. Devido à extensão do Manifesto extrairemos alguns trechos essenciais.

1. "Ausência completa de internacionalismo". "Durante a nossa militância no PCO podemos constatar que a direção não faz qualquer esforço para que o partido impulse a construção de uma Internacional Revolucionária, uma tarefa elementar dos que se reivindicam trotskystas". (...) "As relações internacionais entre o PCO com o Partido Obrero, muito longe de impulsionarem uma corrente centralizada não passam de troca de favores e de visitas entre a Argentina e o Brasil. Não é feito nenhum balanço no partido das viagens internacionais da direção do PCO justificadas com argumentos políticos porque estas, ao contrário de estarem voltadas à construção

internacional do partido, servem exclusivamente às vontades turísticas da camarilha dirigente".

2. "Capitulação à Frente Popular". "Dentre os motivos que nos fizeram ingressar no PCO pesou bastante do fato desta organização pelo menos a primeiro momento se opor intransigentemente à Frente Popular. Ingressamos no partido em meados de 1996, ano que se conformou na capital paraense a Frente Belém Popular, composta pelo PT, PSTU, PCB e também pelo PCdoB, PSB e PPS, sendo que esses três últimos integravam o governo de Almir Gabriel (PSDB), responsável pelo massacre de Eldorado dos Carajás. A candidatura Edmilson defendia o mesmo programa burguês já posto em prática pelos governos de Cristóvão Buarque e Vítor Buaiz. A orientação da direção do PCO era de chamar voto na candidatura Edmilson apenas com o PT, PSTU e PCB e nas candidaturas parlamentares dos setores de esquerda da Frente Popular. O nosso grupo, desde o princípio se opôs terminantemente a apoiar de qualquer que fosse a forma, as candidaturas da Frente Popular, reivindicando a defesa do voto nulo, como melhor forma de potencializar uma alternativa revolucionária ao reformismo da Frente Popular". (...) Apesar de nossa posição de voto se opor à orientação de voto crítico a Frente Popular, da direção de PCO para Belém, esta última, mais interessada em ganhar nosso grupo do que sustentar suas próprias posições eleitorais admitiu sem debate o voto nulo. Após nosso ingresso e passadas as eleições, Rui Costa Pimenta, presidente do PCO, fazendo um balanço da posição, que por razões oportunistas foi obrigado a adotar em Belém, criticou o voto nulo como uma posição sectária. Esta manobra oportunista, que na época nos causou estranheza, veto agora na plenária nacional do partido, ocorrida no final de 1997, nos revelar a verdadeira face de capitulação à Frente Popular, imposta ao conjunto do partido, pela camarilha dirigente, quando decidiu arbitrariamente apoiar a candidatura Lula em 1998".

3. "Centralismo burocrático". "Quanto mais integrados à vida do partido, mais sentimos que os desvios não se restringiam ao campo das posições políticas internacionais e nacionais, mas também se expressava no terreno organizativo, nas relações interpartidárias". (...) "A teoria de que a militância do PCO é vagabunda por

não cumprir as metas financeiras estipuladas por Rui Costa Pimenta chega as raias do absurdo quando o dirigente máximo xinga descontroladamente nos seus acessos de raiva as próprias militantes do partido de prostitutas". (...) "Nossa fração internacionalista trotskysta (FIT) acredita que esse regime doentio do partido tem suas raízes no fato de que o PCO está completamente ausente da vida do movimento operário, da luta no interior das organizações de massa por construir uma direção revolucionária".

4. "Gangsterismo". "Ao conformarmos essa fração pública declaramos ao conjunto do movimento que também estamos rompendo com o método gangsteril que tem marcado as relações do PCO com a vanguarda". (Neste ponto, o Manifesto descreve as agressões físicas contra a LBI na qual os militantes da regional de Belém participaram e os que não participaram "foram advertidos diretamente pela direção do partido por quebra de centralismo"). "A certeza de que o gangsterismo tinha se tornado um mal congênito no PCO veio quando presenciamos em São Paulo a contratação de segurança profissionais com a função de agredir os ativistas de oposição ligados ao PSTU durante as eleições do Sindicato dos Trabalhadores e Carnes e Frios de São Paulo, dirigido pelo PCO". "Além disso, tomamos conhecimento que essa trajetória não é recente, no mesmo sindicato e com o mesmo objetivo de sufocar a oposição, Causa Operária já havia agredido alguns anos anteriores os militantes da T.POR". "Vimos a público nos auto-criticar por termos sido os próprios executores acrílicos das ordens da direção do PCO contra a LBI em Belém e não denunciando de imediato essa conduta antioperária no caso dos ataques ao PSTU em São Paulo, capitulando às vontades da direção com o seu método estranho e nocivo ao movimento operário (...). Neste ponto, o Manifesto chama a atenção para o perigo da própria fração sofrer "a fúria gangsteril da direção do PCO".

O Manifesto termina proclamando a defesa da constituição de uma "Organização Revolucionária que não capitule à Frente Popular, que tem um regime interno sadio, baseado no centralismo democrático e voltada a reconstrução da IV Internacional. Propõe-se a "combater os desvios da direção do PCO e dar um novo rumo ao partido!".



Carta à Fração Internacionalista Trotskysta (FIT)

Consideramos correta a atitude dos companheiros da FIT de fazerem uma auto-crítica pública quanto à participação na agressão gangsteril de PCO à LBI. O POR foi a primeira corrente a assinalar a decomposição política de Causa Operária desde o momento em que esta passou a usar métodos de luta política estranhos ao proletariado. Quanto a relação de compadrio de PCO com PO não é senão um reflexo da origem de Causa Operária que nasceu como um satélite do altamirismo. PO, em grande parte, é responsável pela trajetória de adaptação de Causa Operária ao lulismo e a Frente Popular. Também nesta questão fizemos inúmeras críticas, no Massas e em folhetos.

Certamente, uma corrente que não vive uma relação política internacional baseada no centralismo democrático e que envereda na prática das agressões gangsteris aos oponentistas de esquerda só pode ser burocrática. Ou seja, o regime partidário expressa sua política e vice-versa.

Pela nossa experiência com Causa Operária, pelo conhecimento que temos de sua origem e posterior deformação, podemos atestar a veracidade das acusações da FIT. Achamos entretanto, que o oportunismo organizativo (omissão na discussão com a regional do Pará sobre o voto nulo), a ausência do internacionalismo proletário, o burocratismo e o gangsteris-

mo são reflexos da degenerescência estratégica de PCO.

Essa corrente foi mudando suas premissas estratégicas originais em função de sua adaptação ao PT e ao eleitoralismo. Da defesa da estratégia de um governo operário e camponês (ditadura do proletariado), CO passou a defender a bandeira estratégica do morenismo, que é a do governo dos trabalhadores, acompanhando as mudanças do PO argentino. A participação de CO nas eleições presidenciais com a bandeira de "Vote em Lula, por um governo dos trabalhadores" é a prova mais cabal da rejeição da estratégia do governo operário e camponês. Num folheto escrito contra o POR, Rui Costa Pimenta chega a aberração de dizer que a fórmula da consigna de governo é uma questão de criatividade do dirigente.

A primeira coisa a se compreender numa luta política em que se constitui uma Fração é se esta expressa uma divergência programática ou não. Sem dúvida, os quatro pontos são de ordem programática, porém estão desvinculados do problema da estratégia.

Sabemos que CO sofreu outras crises: formação da LBI no Ceará e dos espartaquistas em Volta Redonda (RJ). Em ambas, o POR se posicionou sobre a necessidade de uma crítica à estratégia do governo dos trabalhadores. Tanto uma quanto outra se nega-

ram a uma discussão neste nível. Mais tarde a LBI, através de sua ligação com um agrupamento pseudo-trotskista da Argentina, veio a substituir, sem nenhuma auto-crítica a bandeira de governo dos trabalhadores pela de governo operário e camponês, indicando apenas ser um mero gesto de diferenciação formal. Conduta nada compatível com o marxismo. Hoje vemos que a LBI é acusada também de gangsterismo pelos espartaquistas de Volta Redonda, como constam as acusações no Jornal "Comitê de Luta Classista" (janeiro/1998). Esta mesma LBI traçou uma política de mentiras e difamações contra o POR. Todas respondidas no Jornal Massas.

Como se pode ver, sem se ir as raízes da degenerescência programática de PCO não é possível uma completa e sólida auto-crítica. Quem se propõe a constituir um partido revolucionário começa pela tarefa do programa.

Movimento Operário



150 anos do Manifesto Comunista no RN

No dia 30/01/98 realizou-se em Natal uma plenária pró-fundação do Comitê de Comemoração dos 150 anos do Manifesto Comunista. Com a participação de várias entidades sindicais, CUT e partidos políticos. Foi discutida a importância de se resgatar o marxismo, levando aos trabalhadores as idéias de Marx e Engels, que em 1848 escreveram um documento que caracterizava as classes sociais, a propriedade privada dos meios de produção como causadora da miséria da humanidade e também a abolição dessa propriedade, apenas possível através da insurreição.



Os participantes entrevistaram colocando a necessidade de massificar essas premissas históricas do Manifesto Comunista, já que estamos numa época de ataques brutais do imperialismo sobre as massas, reti-

rando conquistas sociais, entrega do patrimônio nacional às potências imperialistas e estas desenvolvem uma campanha de ofensiva ideológica de que o socialismo morreu e de que o capitalismo avança em todo o mundo, ou seja, que o marxismo estaria ultrapassado e algumas correntes de esquerda também colaboram com essa ideologia burguesa.

A plenária reafirmou o contrário, que o marxismo não morreu e que é preciso levar esse documento histórico a toda classe trabalhadora em geral.

Nesse sentido, a plenária de Natal representou uma vitória das idéias marxistas e o POR convoca a todos os companheiros, entidades e partidos operários a se engajarem e fortalecerem o comitê, reafirmando o Manifesto Comunista como uma vitó-

ria internacional do proletariado.

Deliberou-se várias atividades: pixações em toda a cidade, lançamento oficial do comitê, com um debate com a participação dos partidos operários no dia 06/03, às 19h30min, local ainda a ser confirmado, e uma plenária de organização no dia 03/03, às 19 horas, no sindicato dos comerciantes. Para esse evento, o comitê fará panfletagem na cidade e nas portas de fábricas, escolas, UFRN, cartazes etc. Também foi proposto um curso sobre o Manifesto a ser realizado no dia 14/03 às 14 horas.

Novamente o Conto do PT?

O PT do Brasil — modelo que se procurou imitar — já demonstrou ser pró-capitalista, isto de forma indiscutível.

Manobra Encoberta

Começam a assumir por aí o velho conto de converter nada menos que a COB em um partido político. Suspeitosamente, desta vez a manobra assume um disfarce, fala-se em converter a Central Sindical em um instrumento político. Como se vê, os manobradores estão dispostos a nos vender gato por lebre.

A que se deve isto? Os velhos partidos da "esquerda" foram lançados ousadamente até a direita e o cenário da velha politicagem está vazio. Alguns velhacos se apressam em idealizar a criação de instrumentos políticos para facilitar as manobras voltadas à burguesia e arrancar-lhes algum dinheiro e mordomias de todo o tipo.

Por que não falam abertamente do partido político? Para não despertarem suspeitas e para enganar os de baixo e também os donos do poder econômico e político.

Não poucos dos que predicam o instrumento político já têm seus planos para capturar um curral parlamentar e até sonham em chegar à vice-presidência e outros cargos do mesmo porte. "Seu" instrumento pode servir para tudo, sobre tudo para ter êxito em seu carreirismo econômico e político.

O grave para os aventureiros caras-de-pau é que ninguém mais acredita em sua lorota — já muito gasta de *instrumento político* — e estamos seguros que desta vez toda a farsa que procuram

montar acabará em um fiasco.

Devemos esclarecer que nós revolucionários e os politikeiros falamos duas linguagens diferentes.

Para nós a política é luta de classe contra classe, por isto mesmo é radical e se expressa através da criação teórica.

Os politikeiros, os aventureiros e oportunistas, confundem política com parlamento, com colaboracionismos com os poderosos e os donos da bolsa. Não é causal que os eleitores já preparam suas artimanhas para tirar alguma vantagem para as futuras eleições gerais do ano de 2002.

É nosso dever desmascarar ante as massas seus atos condenáveis e os joguetes dos velhacos que se lançam ao eleitoralismo para encher sua bolsa.

O Que é o Partido?

O objetivo estratégico — final — dos revolucionários é consumir a revolução social e instaurar a ditadura do proletariado (governo operário e camponês); os politikeiros e serventes da burguesia, que somente pensam em se enriquecer e prosperar no carreirismo, não estão de acordo com esta política e somente querem ganhar as eleições. Os revolucionários quando usam o parlamento, é para ajudar as massas a se emanciparem das ilusões democráticas, forma concreta de lutar em favor da conquista do poder.

O Partido Revolucionário é a expressão da consciência de classe, que é independente e ideológica e organizativa frente à burguesia. Onde está este partido?

Na Bolívia é o POR, pois tem contribuído para a transformação da classe operária de massa amorfa, instintiva, em classe consciente. A política operária é programa, é teoria, por isto seu partido, o POR, se converteu em indestrutível.

O sindicato não pode ser partido re-

volucionário, por ser uma frente única elementar da classe, de todas as suas tendências, por isto não pode expressar o programa e a estratégia. Em determinadas condições, pode-se lançar a consigna do partido baseado nos sindicatos, mas somente como um passo na construção do partido revolucionário.

Enquanto os politikeiros e aventureiros se perdem no jogo de pôr em pé seus famosos "instrumentos" de velhacos, as massas tão logo se radicalizam e ganham as ruas e as estradas se identificam — no terreno dos fatos — com o POR.

Os propugnadores dos instrumentos políticos são vulgares colaboradores da burguesia e do próprio imperialismo, como demonstram os fatos. Os dirigentes sindicais burocratizados que chegam ao parlamento se esmeram em aparecer como os melhores servidores da lei, quer dizer, da classe dominante, ou seja da burguesia.

Lutemos pelo fortalecimento do Partido Operário Revolucionário que nos levará a conquistar o poder e sepultar os traficantes.

extraído do Jornal "Masas" boliviano nº 1602, de 30 de janeiro de 1998)

Internacional



VIVA LA REVOLUCION SOCIAL!
sepultar a la burguesia-imperialismo
VIVA LA ALIANZA OBRERO-CAMPESINA!
¡HACIA LA DICTADURA DEL PROLETARIADO (gobierno obrero-campesino)!

¡ARRANCAR EL SALARIO MINIMO VITAL CON ESCALA MOVIL!

Si el gobierno del narcogorila Banzer no puede ya dar el plato de arroz a los esclavos modernos debe ser EXPULSADO DEL PODER.

EL CUARTO DE LA CONFEDERACION DEMOCRATICA URBANA DE LOS BARRIOS, POR SU COMITADO DE ORGANIZACION Y DEFENSA DEL PUEBLO, EN UNO DE LOS CASOS PARTICULARES DEL MOVIMIENTO DE LOS MAESTROS DE LA ENSEÑANZA DEL GOBIERNO FASCISTA DEL AUMENTO DEL PRECIO DEL GAS, EL SINDICATO DE LOS TRABAJADORES DEL AEROPUERTO MAS LA MARCHA POR ORGANIZACION DE LOS PUEBLOS MAS POBRES QUE PODEAMOS FIRMAR FELICES UN ACUERDO QUE LE SUPUYERA DESDE PARA ADELANTARLO EN EL...

el momento actual es importante: mientras el gobierno se desintegra nosotros, el pueblo, nos ponemos en pie de combate.

para lograr la victoria: UNIR A TODOS LOS SECTORES SOCIALES BAJO LA DIRECCION REVOLUCIONARIA DEL PROLETARIADO.

MASAS

Nº 1601

La Paz, 23 de 29 de 1998
Precio: Bs. 1.-

P.O.R.

Este periódico no puede considerarse una publicación del Comité de enlace de la organización de la IVI

Auto-determinação e massacre da etnia albanesa

O massacre de albaneses ocorrido no "Vale do Rio Drenica", na Iugoslávia, contra a maioria étnica albanesa, traz à tona o problema da opressão nacional. Os albaneses de Pristina reivindicam a independência frente aos Sérvios. Em função disso, o governo de Milosevic desfechou uma brutal repressão. A burocracia iugoslava que vem do titoísmo, continua a exercer a opressão étnica.

O líder dos albaneses Hibrain Rugova recorreu aos Estados Unidos e a União Européia "para que exerçam mais pressão sobre Belgrado" (*Jornal O Estado de São Paulo*). Esta posição conduz ao intervencionismo do imperialismo.

A defesa da independência e da auto-determinação dos albaneses é incompatível com a interferência do imperialismo, supostamente a seu favor e contra a Iugoslávia. Tal atitude mostra que os dirigentes albaneses são pró-capitalistas e pró-imperialis-

tas. A libertação da etnia albanesa só pode ser obra da unidade entre os trabalhadores iugoslavos e albaneses contra a opressão nacional exercida pela burocracia governada por Milosevic. Toda e qualquer interferência do imperialismo na crise iugoslava, como já ocorreu na guerra civil anterior entre Sérvia, Bósnia e Croácia, reforça o poder das potências sobre as nações atrasadas e oprimidas.

Esse problema já é concreto. Os Estados Unidos ocuparam o território Macedônio com 700 soldados e já se utilizam do choque entre sérvios e albaneses para pleitear um maior intervencionismo militar na região.

A bandeira de auto-determinação, em qualquer circunstância, é uma bandeira antiimperialista. A existência da opressão nacional é própria do sistema capitalista. A Iugoslávia, que iniciou um processo revolucionário de transformação socialista, se degenerou sob a burocracia titoísta, que

no fundo não pôde se diferenciar da ditadura estalinista. Desta forma, não pôde resolver o problema da opressão nacional e de integração harmônica das etnias através do método socialista de desenvolvimento das forças produtivas socialistas.

A desintegração da Iugoslávia foi fruto de tal contradição e abriu caminho para a restauração capitalista. Por essa via, não haverá real auto-determinação de qualquer etnia. Se os albaneses de Pristina obterem o direito de se separar com o apoio do imperialismo não estão senão facilitando a opressão das potências no mundo inteiro.

Internacional

Talebam e a opressão sobre a mulher

As proibições e censuras impostas às mulheres pelos denominados "estudiosos da religião" (Talebam) se constituem na mais odiosa repressão e opressão sobre as mulheres. Os milicianos impuseram, depois de sua vitória contra o governo de Mohammad Najibullah, as seguintes exigências às mulheres: 1) não têm o direito de ser atendidas por médicos em iguais condições às dos homens; 2) Não podem freqüentar escolas ou universidades; 3) estão proibidas de sair desacompanhadas; 4) não podem sair sem o véu afegão (burga) que cobre o corpo inteiro; 5) não podem trabalhar fora de casa.

As mulheres são tomadas pelos Talebans como meras reprodutoras. Esse obscurantismo feudal tem sido condenado em todo o mundo. A grande imprensa burguesa vem realizando uma campanha de denúncia e crescem as pressões dos próprios órgãos do imperialismo, como a ONU, para que o Talebam modere suas exigências e os ataques desferidos contra as mulheres. Tamanha barbárie nem mesmo a burguesia decadente pode assumir.

Sem dúvida, se faz tremenda hipocrisia. O Talebam foi armado pelo imperialismo norte-americano, assim como outras facções da guerrilha islâmica, que acabaram por conquistar o poder em 1992, constituindo a Re-

pública Islâmica. É bom lembrar que a União Soviética apoiava o governo de Mohammad, sendo obrigada a se retirar do país em 1988, expressando já a crise da burocracia estalinista. Assim, a tomada da capital afegã pela milícia Talebam só foi possível com o apoio do imperialismo norte-americano. Dessa forma, triunfou a reação feudal.

A atitude estarecedora dos talebans frente à mulher não é uma novidade. O obscurantismo islâmico é muito bem conhecido.

É fundamental que a classe operária do mundo inteiro se coloque pelo fim da opressão dos talebans. A posição do proletariado não se confunde com a hipocrisia do imperialismo e dos ideólogos burgueses semicoloniais. O que ocorre no Afeganistão é apenas uma manifestação extremada da opressão da mulher na sociedade de classes. A opressão nos países capitalistas ditos civilizados não chega a tal requinte de barbárie, mas não deixa de arrastar traços de barbárie típicos das sociedades de classe. As diferenças salariais, a proibição ao aborto, a repressão sexual, a falta de proteção à maternidade, a dupla jornada de trabalho e, fundamentalmente, a servidão na família são alguns dos aspectos da opressão geral sofrida pelas mulheres.

Os talebans poderão recuar em algumas de suas proibições, como

exigem a ONU e organismos internacionais de direitos humanos, mas jamais acabarão com a opressão sobre as mulheres. Mesmo que adotem todas as conquistas obtidas nos países capitalistas mais civilizados, a opressão sobre a mulher continuará vigente.

Assim, as bandeiras democráticas de direitos iguais entre homens e mulheres só podem se constituir numa séria arma de luta contra a opressão se fizerem parte da estratégia de destruição histórica do capitalismo. Ou seja, se forem um instrumento dos proletários e proletárias, de todos os trabalhadores e trabalhadoras, para lutarem contra a opressão da classe capitalista e pela revolução social. Somente o fim da exploração do homem pelo homem porá fim à opressão sobre as mulheres.



Pinochet salvou a democracia chilena

É muito educativo notar como a posse do genocida general Pinochet ao cargo de senador vitalício, criado por ele mesmo e aceito pelos autodenominados democratas, foi recebida com aplausos e denúncias, no Brasil,

pelos ideólogos da burguesia e pelos intelectuais da pequena-burguesia. Esses últimos mostraram-se indignados, afirmando que se tratava de uma violação à democracia. Em resposta, a direita burguesa, que também posa de democrata, explicou que não se pode esquecer que o general no final das contas salvou a democracia (O Estado de São Paulo).

O interessante é que, do ponto de vista burguês ou pequeno-burguês, ambos têm razão, embora pareçam tão opostos. Os que denunciam o cargo vitalício querem dizer que o Estado está fraudando a própria democracia burguesa, que pressupõe a formalidade do voto. Isso denuncia a impotência da burguesia chilena e dos seus representantes "democratas", hoje no poder, conduzidos pelo voto, depois de terem negociado a saída do ditador. Os que chamam a atenção para o fato de Pinochet ter salvo a "democracia" estão dizendo que este foi responsável por um movimento contra-revolucionário voltado a salvar o capitalismo e, portanto, a continuidade da classe burguesa e do seu Estado.

A frentepopular de Allende, sem dúvida, não punha risco ao Estado capitalista, tanto é que Pinochet foi nomeado como chefe das Forças Armadas pelo próprio vitimado presidente da República. Tratava-se de um governo de conciliação de classe, que pretendia fazer reformas capita-



listas. Ocorre que não tinha como realizá-las sem agudizar a luta de classes.

A democracia burguesa, sob a regência da Frente Popular, mostrou-se frágil diante das exigências dos camponeses pobres, do proletariado e da própria pequena-burguesia urbana arruinada. Qualquer reforma em profundidade em favor das massas só poderia ser contra os interesses gerais da burguesia chilena e da imperialista. Um exemplo foi a reforma agrária, que por mais tímida não poderia ser aceita pela oligarquia.

Em pouco tempo ficou evidente que através da democracia patronal não se podia atender às necessidades dos famintos. As massas oprimidas tornaram-se mais exigentes com um governo que dizia democrático-popular. E os capitalistas chegaram à conclusão de que o governo de Frente Popular já não mais servia à conciliação de classe, regida pela democracia parlamentar.

Ou o proletariado, em aliança com os pobres do campo, ia à revolução ou a burguesia agia cirurgicamente com as armas da contra-revolução. Como o proletariado não estava organizado num partido revolucionário, condição para ir em frente e substituir o governo Allende por um governo operário e camponês, a burguesia pôde se antecipar aos fatos e derrubar o governo frentepopulista.

Eis por que a direita burguesa alerta a esquerda reformista pequeno-burguesa de que afinal de contas é graças ao Pinochet sanguinário que hoje os tais democratas podem usufruir da democracia possível. Ou era assim, ou era a revolução proletária, frente a qual os tais democratas estariam hoje aliados aos pinochetistas.

Isso é tão verdadeiro que os sociais-cristãos, os sociais-democratas etc convivem com Pinochet. Ditadura capitalista e democracia capitalista são expressões políticas (regime polí-

tico) diferentes do exercício da ditadura de classe da burguesia sobre o proletariado e demais oprimidos.

Sem dúvida, os marxistas sabem as vantagens da democracia burguesa para desenvolver o movimento proletário e defen-

dem reivindicações democráticas frente à ditadura. O que não significa defender o regime político burguês e nem obscurecer que não há antagonismo histórico entre ditadura e democracia capitalistas.

Frente ao cargo vitalício de Pinochet, reivindicamos o pleno funcionamento democrático do parlamento, sem defendê-lo como regime político. Mas para isso é fundamental que o proletariado constitua com os demais oprimidos um Tribunal Popular para punir os crimes de Pinochet e da burguesia chilena, que por eles é a verdadeira responsável.

Como vemos, os ideólogos da burguesia expõem com clareza a necessidade histórica das ditaduras sanguinárias para preservar a democracia burguesa, quando esta se mostra incapaz de servir à ditadura de classe da minoria exploradora. Depois do golpe contra-revolucionário, os políticos da classe dominante, da direita fascista à esquerda democrática, podem novamente se entender e recompor a democracia possível. No caso do Chile, a democracia com Pinochet: uma síntese nada estranha.

O que se passou e se passa no Brasil só na aparência foi e é mais civilizado. A nomeação de um notório torturador pelo democrata FHC é a mais recente medida de civilidade democrática da burguesia brasileira. Com uma mão, o governo reconhece formalmente os crimes da ditadura, desenterra ossadas em cemitérios clandestinos etc e com outra protege os assassinos. Os ideólogos de esquerda da pequena-burguesia, por sua vez, com um canto da boca elogiam FHC e com outro reclamam deste admitir torturadores em seu governo.

Também, em nosso caso, só a constituição do Tribunal Popular, sob a direção da classe operária, pode colocar os crimes da burguesia sob a ótica dos explorados.

